



A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA FORMAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO ATRAVÉS DOS EMAUs: Estudo de caso sobre os cinco anos de atuação do Abricó como EMAU da UFRJ

Autores:

Maria Eduarda Sant' Anna Lessa - Abricó - EMAU/UFRJ - maria.slessa@gmail.com

Erick Santos de Mouros - Abricó - EMAU/UFRJ - erick.mouros@gmail.com

Bruna Garritano Ferreira - Abricó - EMAU/UFRJ - bgarritanof@gmail.com

Resumo:

Os Escritórios Modelo, iniciativa estudantil fomentada pela Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo (FeNEA), buscam cumprir a tarefa de pôr em prática a tríade Ensino-Pesquisa-Extensão nas Universidades através da assessoria a comunidades organizadas e em situação de vulnerabilidade política, econômica e social. Mas o que os caracteriza enquanto EMAUs? De que forma sua atuação pode influenciar para uma formação crítica de profissionais? Para responder a essas questões, o presente trabalho analisa a atuação do EMAU da UFRJ, Abricó, nos cinco primeiros anos após sua recriação. Através de levantamento bibliográfico, de banco de dados e coleta de testemunhos sobre as diretrizes dos EMAUs e o histórico do Abricó, o presente artigo irá sistematizar as informações e confrontar as ações do Abricó com os princípios dos EMAUs, avaliando os impactos da atuação de um Escritório Modelo dentro da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ.

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA FORMAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO ATRAVÉS DOS EMAUs

Estudo de caso sobre os cinco anos de atuação do Abricó como EMAU da UFRJ

1. INTRODUÇÃO

Entendendo que a atuação convencional do arquiteto se torna inacessível para a maioria da população, a extensão universitária torna-se para os estudantes de Arquitetura e Urbanismo um meio de complementar o currículo acadêmico vigente por meio de atividades práticas e debates que possuam enfoque numa arquitetura mais acessível e que discutam sobre o direito à cidade e à moradia além de alternativas de projeto e construção de baixo custo e baixo impacto ambiental e social.

Os Escritórios Modelo, iniciativa estudantil fomentada pela Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo (FeNEA), buscam cumprir a tarefa de pôr em prática a tríade Ensino-Pesquisa-Extensão nas Universidades através da assessoria técnica a comunidades organizadas e em situação de vulnerabilidade política, econômica e social. Mas o que os caracteriza enquanto EMAUs? De que forma a atuação de um EMAU pode influenciar para uma formação crítica de profissionais? Para responder a essas questões, o presente trabalho analisa a atuação do Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ nos cinco primeiros anos após sua recriação no final de 2012.

A metodologia utilizada foi o levantamento bibliográfico sobre as diretrizes dos EMAUs - através do POEMA (Programa de Orientação a EMAUs) e artigos encontrados no site da FeNEA - para a identificação de suas características, e sobre o histórico e funcionamento do Abricó/UFRJ - através de informações no site do escritório como também documentos administrativos, produções acadêmicas, relatórios e testemunhos de antigos e atuais membros sobre sua criação, desenvolvimento e trabalho. A partir da sistematização dessas informações, foi construída uma linha do tempo das ações ocorridas e seus desdobramentos para então confrontar as ações do Abricó/UFRJ com as diretrizes do POEMA e avaliar os impactos da atuação do Abricó dentro da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ.

2. ARQUITETURA E URBANISMO E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

A função da Arquitetura e Urbanismo tem intrínseca nela as questões sociais e políticas (FERRO, 2007) nos seus muitos campos de atuação, que perpassam diversas ciências. Porém, muitas vezes há uma dissociação da realidade social e seu contexto do fazer arquitetônico e urbanístico. E em meio a crises econômicas, ambientais e políticas do século XXI, a demanda por soluções práticas, sustentáveis, de qualidade e baixo custo para assentamentos humanos (UNESCO e UIA, 2011) cresce em níveis exponenciais, o que impactará diretamente o ensino de Arquitetura e Urbanismo. Com isso, urge a necessidade do constante debate e revisão histórica da produção arquitetônica no mundo e da inovação na educação de profissionais dentro das universidades.

No Brasil, quando falamos do processo de formação do arquiteto, ainda há a insistência na valorização de uma arquitetura autoral (FERREIRA, 2011) - que por muitas vezes, salvo exceções, terá seu trabalho destinado aos estratos sociais de alta renda. O produto direto e imediato disso está no encarecimento dos serviços prestados e na consequente restrição do mercado a quem pode pagar pela contratação do profissional, o que torna difícil o ingresso dos jovens arquitetos no mercado formal de trabalho. Em 2015, apenas 15% dos brasileiros que realizaram obras em suas casas utilizaram os serviços de um arquiteto ou engenheiro, como aponta pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha sob encomenda do CAU/BR. Os outros 85% apontaram a dificuldade financeira como impeditivo para a contratação de um profissional. Esses dados trazem um importante diagnóstico da acessibilidade do serviço e, portanto, do público que o utiliza. A mudança desse cenário de modo a viabilizar o acesso ao fazer arquitetônico e urbanístico a mais esferas da nossa sociedade é um grande desafio, seja no setor privado ou público, em que o arquiteto muitas vezes deverá abraçar mais seu papel de facilitador do que de interventor de algo, assumindo de vez seu caráter indispensável no desenvolvimento comunitário (UNESCO E UIA, 2011).

“Não se trata simplesmente de trocar um tipo de arquiteto (arquiteto urbanista) por outro (arquitetourbano), que continuaria mantendo o controle total sobre a construção da cidade, mas sim de mudar o modo de atuar na cidade, o próprio papel do arquiteto. (...). Esse outro tipo de arquiteto teria um outro papel, promoveria e possibilitaria a participação efetiva da população.” (BERENSTEIN, 2011)

3. A EXTENSÃO ATRAVÉS DOS EMAUS: PRINCÍPIOS NORTEADORES

A partir da preocupação em se construir novas perspectivas para a arquitetura brasileira, estudantes de arquitetura de todo o país organizados pela Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo (FeNEA) dão início a criação dos Escritórios Modelos (EMAU) e de suas diretrizes, compiladas no POEMA (Projeto de Orientação a Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo).

As orientações para os EMAUs vão ser definidas durante o processo de redemocratização no Brasil, no fim dos anos 80 e início dos anos 90, com a atuação de Centros Acadêmicos e a retomada de forças da FeNEA, assim como o debate sobre a Universidade e seu papel na sociedade (FENEAE, 2007). Nesse contexto, estudantes e Escritórios Modelo já existentes solidificam os trabalhos de concepção do POEMA, documento que visa caracterizar o que é um EMAU e orientar na criação de novos escritórios a partir de experiências anteriores. Mas só em 1997, com o primeiro SeNEMAU (Seminário Nacional de Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo), o POEMA terá uma construção coletiva de forma efetiva (FENEAE, 2018). A última versão revisada que se tem acesso é da gestão da FeNEA de 2005/2006 e a última Carta de Definição é de 2007, data do ENEA - Florianópolis (Encontro Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo), com última revisão no SeNEMAU 2008 - Londrina. O documento traz além da Carta de Princípios e do relato de experiência de outros escritórios, uma reflexão acerca do papel de um EMAU dentro da universidade e sobre as práticas extensionistas.

O EMAU atua de maneira inter e transdisciplinar, aliando a tríade do ensino, pesquisa e extensão, a fim de se ter a experiência da prática profissional ainda na graduação, sem deixar de lado a necessária reflexão teórica e a geração de novos conhecimentos. Cada Escritório Modelo possui uma dinâmica de trabalho a partir do contexto em que se insere, mas essa deve se basear nos princípios definidos no POEMA, e só assim poderá ser caracterizado como EMAU (FENEAE, 2007). O eixo norteador ético desses princípios é definido a partir dos quatro (4) postulados da UNESCO e União Internacional de Arquitetos para educação em Arquitetura e Urbanismo (ENEAE, 2007):

- 1) Garantir qualidade de vida digna para todos os habitantes dos assentamentos;
- 2) Uso tecnológico que respeite as necessidades sociais, culturais e estéticas dos povos;
- 3) Equilíbrio ecológico e desenvolvimento sustentável do ambiente construído;
- 4) Arquitetura valorizada como patrimônio e responsabilidade de todos.

Para melhor análise dos princípios presentes no POEMA por esse artigo, ele foi categorizado em três partes: 3.1) Gestão, 3.2) Forma de Atuação e 3.3) Área de atuação. Dessa maneira, a compreensão e discussão sobre o documento pode se dar de forma mais clara e objetiva, mas não se pode considerar esses princípios funcionando de forma isolada.

3.1 A GESTÃO DE UM EMAU

O histórico da criação dos EMAUs pela FeNEA já revela o seu posicionamento claro quando se fala da autonomia estudantil, visto que toda a iniciativa foi tomada por estudantes. É através desse pensamento que se entende o peso dado para a gestão estudantil nos princípios dos Escritórios Modelo. A autonomia estudantil é o princípio básico que rege todo e qualquer EMAU pelo Brasil e se faz necessária para que se tenha uma real apropriação do espaço onde o corpo discente possa elaborar, discutir e decidir as direções que lhe são próprias (FERRARO, 2011).

Assim como os estudantes, os professores orientadores são parte importante dentro de um EMAU, sendo fundamentais nas questões burocráticas, principalmente para a

conquista de bolsas estudantis e recursos tanto financeiros quanto materiais - já que o Escritório funciona sem fins lucrativos, podendo apenas receber bolsa da universidade como projeto de extensão (FENEA, 2007). Porém esse não é o seu único papel, sendo importante para aconselhar, trazer discussões e orientações como um todo para os estudantes. Por isso, recomenda-se procurar algum professor que tenha experiência com atuação em comunidades segregadas, questões políticas sociais e conhecimento técnico e didático (FENEA, 2007).

Além disso, o orientador é fundamental em questões legais, pois será o responsável técnico pelos projetos desenvolvidos pelo EMAU (ENEA, 2007), necessidade prevista na lei de assistência técnica Nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008. Importante destacar que a presença de um professor orientador não pode interferir na horizontalidade e autonomia discente, sendo este mais um integrante com mesmo valor dentro do escritório.

Apesar do POEMA ou a Carta de Definição não trazer especificações sobre o papel das comunidades na gestão de um EMAU, as mesmas exercem parte importante na prática de um processo de fato participativo, sendo sua voz, suas decisões e ações indispensáveis. Mesmo que elas não se insiram diretamente nas questões internas do escritório, também podem ser consideradas atores essenciais da gestão de um EMAU, pois o trabalho não existiria sem suas demandas. Além disso, os seus conhecimentos que são trocados com o EMAU e a sua dinâmica social acabam por refletir na forma de organização do escritório, seja direta ou indiretamente.

Nas tomadas de decisões, uma estrutura horizontal e democrática se faz necessária para cumprir as diretrizes de um EMAU, em que todos os participantes tenham mesmo peso de voz. A horizontalidade exercida dentro do escritório é importante para a sua atuação em campo, o intercâmbio de saberes entre diferentes áreas do conhecimento e entre a comunidade, sendo o trabalho coletivo a base de tudo. Portanto, são possíveis integrantes de um EMAU estudantes de outras áreas, professores e integrantes da sociedade civil que demonstrem interesse pelo projeto.

3.2 FORMA DE ATUAÇÃO DE UM EMAU

A extensão universitária é o meio com que a sociedade toma conhecimento do que é produzido dentro da Universidade, como uma quebra dos muros que isolam a academia. Apesar da sua importância, por muito tempo as discussões entorno da prática extensionista ficavam em segundo plano, enquanto se debatia muito mais as atividades de ensino e pesquisa. Com a meta definida pelo PNE de 10% do currículo das universidades ser ocupado por atividades de extensão (BRASIL, 2014), o debate sobre seu caráter e sua forma se intensificam. Esse, no entanto, já era uma questão para os estudantes quando da concepção das diretrizes dos Escritórios Modelos, visto que os mesmos muitas vezes se caracterizam como projetos de extensão (FENEA, 2007).

Ao se analisar o POEMA, percebe-se uma preocupação com a forma de ação, tendo como receio que a extensão tenha como um rumo um trabalho assistencialista. De fato, em seu histórico, por muitas vezes tomou um viés filantrópico, o que será criticado por Paulo

Freire (1985) em seu livro “Extensão ou Comunicação?”, que compõe parte da bibliografia do POEMA:

“A expressão 'extensão educativa' só tem sentido se se toma a educação como prática da 'domesticação'. Educar e educar-se, na prática da liberdade, não é estender algo desde a 'sede do saber' até a 'sede da ignorância' para salvar, com este saber, os que habitam nesta” (FREIRE, 1985, página 15).

Esse caráter assistencialista de atuação acaba por reafirmar a universidade como detentora de todo saber, causando o efeito reverso da intenção de uma prática extensionista e criando a contraposição ‘academia x sociedade’. Para um EMAU, é de suma importância a troca de conhecimentos de maneira horizontal, tanto dentro do escritório quanto na atuação em campo (FENEA, 2007).

O caráter horizontal depende de metodologias que estimulem a coletividade e a participação de todos nas tomadas de decisão. Esse pode se tornar um dos principais desafios dos EMAUs, já que essa forma de atuação vai de encontro ao que vivenciamos cotidianamente na sociedade capitalista e dentro das próprias Universidades. Apesar da dificuldade, esse é um ponto crucial do trabalho, que pretende através dos processos participativos estimular que a comunidade se aproprie do bem produzido também por ela. É necessário, portanto, que o processo não se restrinja a discussão, mas que também contemple a ação, o fazer (FENEA, 2007). Acredita-se que somente dessa forma o projeto resultará em algo coletivo, que atenderá aos desejos do corpo social e será cuidado por ele. De certo, isso reafirma o verdadeiro compromisso dos Escritórios Modelo com a realidade social, pois busca ouvir e integrar a sociedade no trabalho em vez de projetar partindo-se de ideias pré concebidas.

Esse eixo norteador de um EMAU é também um desafio dentro da academia, que muitas vezes acaba por teorizar sobre a realidade, mas que se nega a confrontar e mergulhar em situações concretas (SANTOS, 1980). No ambiente da educação em arquitetura e urbanismo, isso se torna mais sério, pois somos levados a pensar que nossa principal tarefa é prover espaços, quando podemos promover processos dialógicos e debates que enriqueçam a concepção e execução de projetos e espaços coletivamente.

Para que isso aconteça, a arquitetura precisa ser vivenciada no processo, em todas as etapas. Esse viés que incentiva a participação efetiva da sociedade pode acarretar em uma evolução mais lenta do projeto (FENEA, 2007), podendo suscitar desencontros para ambas as partes envolvidas. No entanto, esse desenvolvimento em parceria com cada pessoa que queira contribuir é um instrumento político pedagógico essencial na definição de um EMAU. Um projeto sem a preocupação com o contato direto com a comunidade, as consultas e apoios de outras áreas do conhecimento e os esforços para incluir a todos no processo não atenderia aos objetivos de um escritório modelo.

3.3 ÁREA DE ATUAÇÃO DE UM EMAU

No Brasil, é reconhecida a dualidade entre cidade formal e informal, que se intensifica a partir da reprodução de políticas de manutenção de privilégios (FERREIRA,

2000). A cidade dita formal, mesmo sendo representativamente menor é o lugar do pleno acesso a serviços básicos de infraestrutura e planejamento urbano e onde se encontra a classe dominante do país. Enquanto na cidade dita informal, que abarca a maior parte da cidade e é ocupada majoritariamente pela classe mais pobre, há um claro abandono pelo poder público (FENEA, 2007). O histórico da produção arquitetônica e urbana no Brasil contribui muito para esse cenário, já que em sua maioria esmagadora ou se produz para as classes com maior poder aquisitivo, que representa a minoria da população do país e das cidades brasileiras, ou se produz Habitação Social nos locais mais distantes das centralidades e das infraestruturas urbanas.

Como agentes modeladores do espaço urbano, as comunidades marginalizadas (CORRÊA, 2011) - apesar das barreiras de acesso a um profissional de arquitetura - auto construíram a cidade. Mesmo sendo apontadas as faltas de infraestrutura urbana - como de saneamento básico, que deveriam ser garantidas pelo poder público - a construção da maior parte das nossas cidades é fruto da auto organização das comunidades (FENEA, 2007), tornando-se até mesmo injusta a alcunha de cidade informal. E serão esses espaços os escolhidos pelos EMAUs para sua atuação, pois entende-se que neles encontram-se muitos conhecimentos acumulados e há também lacunas que podem ser preenchidas coletivamente.

O POEMA orienta os EMAUs no sentido de sempre buscar comunidades que já possuem algum tipo de auto-organização, com associação ou comissão de moradores (FENEA, 2007). Entende-se que os processos participativos e autogestionados podem ser mais fáceis quando se há uma estrutura prévia de organização, além do projeto ter reflexo na vida de mais pessoas. Por conta disso, muitos Escritórios acabam trabalhando com movimentos populares, principalmente os de luta pela moradia ou terra ou com algum viés de direito à cidade.

Há, portanto, entendimento do arquiteto como um dos atores no processo de desenvolvimento comunitário, estimulando a troca de saberes e tentando desfazer uma outra dualidade histórica: academia x sociedade. Os Escritórios Modelo assumem, portanto, um papel na difusão do acesso aos serviços que podem ser prestados pelo profissional de arquitetura e na conscientização, tanto de arquitetos quanto da comunidade, da importância desse trabalho (FENEA, 2007). Mesmo assim, é importante nunca perder de vista que o trabalho parte do intercâmbio de saberes desenvolvidos na universidade e também fora dela. Esse será possivelmente o maior impacto dos EMAUs para a formação em arquitetura e urbanismo, contribuindo sua atividade para que a sociedade tenha profissionais mais preocupados com questões pertinentes à comunidade e possibilitando a ampliação do campo de atuação do arquiteto, através da sua valorização.

A prática dos EMAUs muitas vezes é questionada sobre a sua possível competição com o exercício formal da profissão. A atuação do escritório modelo não interfere nas relações de mercado, pois o exercício de suas atividades se dá em locais que a arquitetura já não chega formalmente, além de serem espaços em que já há a produção auto organizada de seus projetos (FENEA, 2007). Importante também destacar o viés de geração de conhecimento das atividades realizadas, sendo o EMAU uma iniciativa estudantil, que não objetiva lucros ou qualquer geração de renda.

4. PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DO ABRICÓ UFRJ

O curso da formação e consolidação do EMAU na UFRJ é extenso e atravessado por diversos acontecimentos concomitantes. Para a melhor análise e entendimento dos capítulos a seguir foi necessário a produção de uma linha do tempo, que possibilitasse a visualização dos fatos mais relevantes para o Abricó, de 2012 a 2018, e também a marcação da existência de um EMAU anterior.

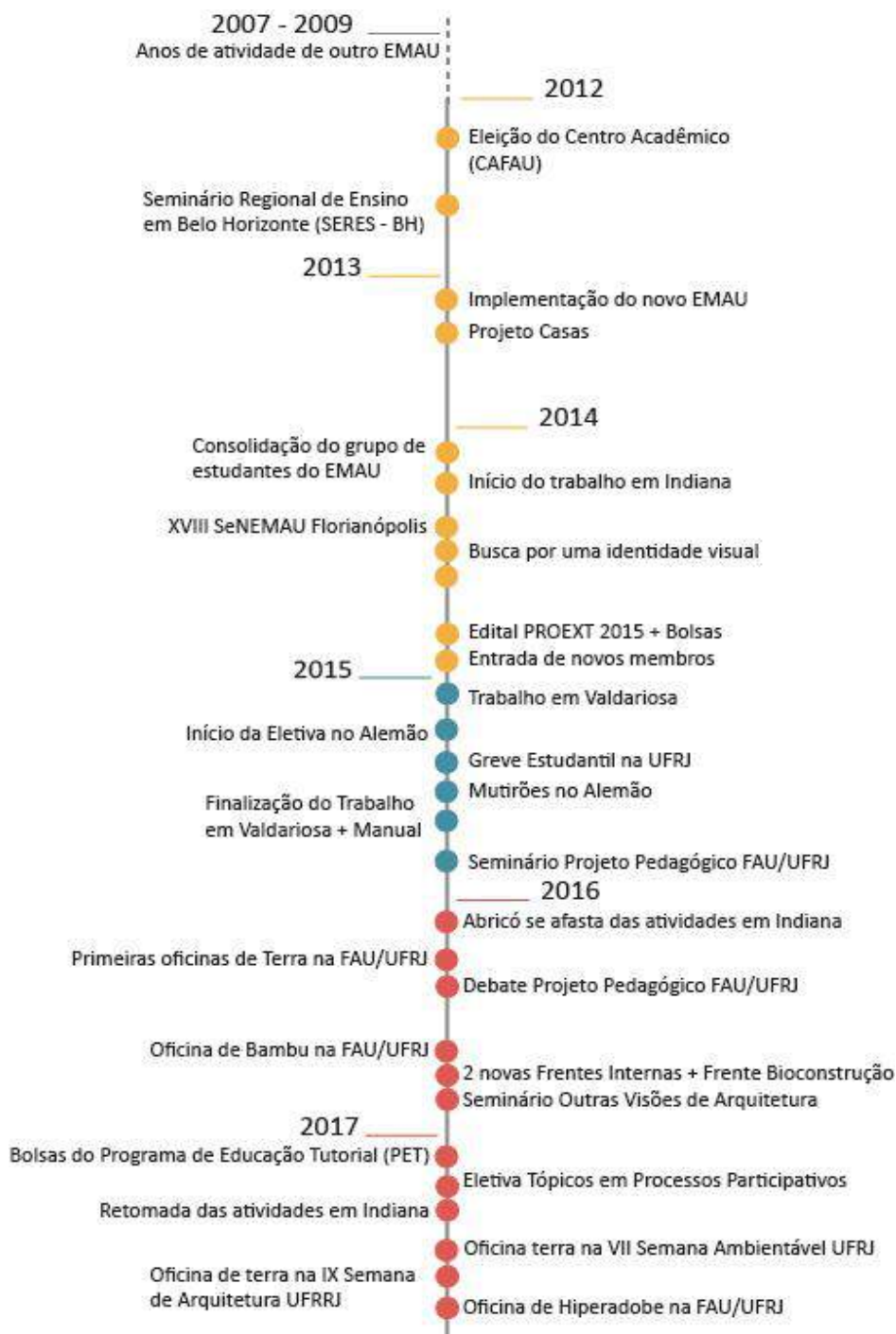


Figura 1: Linha do tempo do Abricó EMAU/UFRJ Fonte: Arquivo Pessoal Maria Eduarda Lessa

4.1 FORMAÇÃO DO ABRICÓ NA FAU-UFRJ¹

Após a greve de 2012, um grupo de estudantes que esteve mobilizado durante esse momento decide se organizar enquanto movimento estudantil dentro da FAU/UFRJ. Os primeiros processos foram no sentido de convocar uma eleição para o Centro Acadêmico, pondo fim a um período de autogestão despolitizada e monopolizada por um pequeno grupo de estudantes ligados à comissão de trote.

O segundo movimento foi o de se aproximar da FeNEA e dos debates em torno do ensino de arquitetura a nível nacional, o que se mostrava importante, sobretudo num momento em que a direção da FAU/UFRJ estava em vias de promover uma ampla reforma curricular e administrativa na faculdade sem participação ampla e aberta da comunidade acadêmica no processo. Os estudantes, então, participaram do Seminário Regional de Ensino Superior organizado em Belo Horizonte pela FeNEA em novembro de 2012, onde conheceram a estrutura dos escritórios modelo. Partindo dessa experiência, resolveram que além de disputar o Centro Acadêmico, organizariam um EMAU na UFRJ. Neste processo descobriram que já houvera um Escritório Modelo na FAU/UFRJ nos anos de 2007, 2008 e 2009.

No início de 2013, a arquiteta Nanda Eskes traz como demanda a realização de uma pesquisa para publicação sobre a produção de HIS no Brasil e em parceria com Instituto CASA, a Fundação Bento Rubião e a ETH Zurich, desenvolveu-se o Projeto Casas que tinha por objetivo traçar um panorama histórico da produção de habitação social no país. Na época, 16 estudantes participaram do desenvolvimento do trabalho com o levantamento de tipologias das construções, na segunda etapa somente 6 membros continuaram no projeto. O material foi sendo produzido ao longo do processo de implementação do EMAU, mas nunca chegou a ser publicado oficialmente apesar da sua grande riqueza de informações.

Em meio a esses acontecimentos, a heterogeneidade do grupo talvez tenha sido um dos fatores que dificultaram a consolidação do EMAU durante o ano de 2013. Assim como minou aos poucos a gestão “ O que importa? ” à frente do CAFAU naquele ano. No fim, o grupo se dividiu em dois, ficando parte à frente do centro acadêmico e a outra parte à frente do escritório modelo. Esta, seguiu tendo infindáveis debates sobre o caráter do EMAU, que passou um ano e meio como um coletivo nômade se reunindo nos horários e locais da FAU em que fosse possível. Será somente no início de 2014, que o Abricó - nome escolhido em referência aos Abricós de Macaco tão marcantes no paisagismo projetado por Roberto Burle Marx para o edifício da FNA - assumirá a sua formatação mais duradoura. Seis meses depois, o escritório conquista seu espaço físico, a sala 326 do prédio da Reitoria, que antes pertencia ao Departamento de Tecnologias Construtivas (DTC).

¹ As informações para o desenvolvimento desse capítulo foram coletadas também a partir de documentos internos e relatos pessoais dos autores.

[Bot.]- **Abricó** 1- fruto comestível do abricoteiro, na forma de uma baga esférica, doce, amarelada, ligeiramente azeda. 2- é o nome de uma fruta, semelhante ao damasco, mas menor. 3- escritório modelo de arquitetura e urbanismo da universidade federal do rio de janeiro.

[Bot.]- **Abricó-de-Macaco** 1- *Couropita guianensis* Aubl.; Lecythidaceae 2- é uma espécie de árvore originária da Amazônia 3- Possui altura média entre 8 e 15 metros, fruto tipo baga, grande e redondo, que pendem em cachos e flores exuberantes, que saem diretamente do tronco.

[Let.]- **Abricó**, origem da palavra 1- "Abricó" se originou do francês abricot. 2- do grego kástanon (Castanha) 3- do latim nux castanea, "noz de castanheiro" 3- do tupi ku'ya, "cuia" 4- do inglês, cannon ball tree (árvore-bola-de-canhão) 5- do emau ufrj, conforto, abrigo, identidade.

PROCURA-SE **IDENTIDADE VISUAL** PARA O **ABRICÓ**, ESCRITÓRIO MODELO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UFRJ

[Arq.]- **Abricó** 1- trazida das Guianas pelo paisagista Roberto Burle Marx. 2- encontrado em abundância no aterro do flamego e no campus da ilha do fundão da ufrj. 3- faz alusão aos pilotis. 4- quando os seus frutos caem no pátio do bar do zé, assustam todos a sua volta e trazem consigo um cheiro peculiar.

[Emau.]- **Abricó** 1- estamos começando agora a nossa jornada do escritório modelo 2- passamos os últimos seis meses sem nome, a procura do nome ideal 3- na nossa última reunião nos apaixonamos pelo nosso novo nome, abricó! 4- agora estamos buscando uma identidade visual!

[Emau.]- **Abricó** 1- nos ajude e participe dessa construção coletiva. 2- envie uma ideia de identidade visual contendo logo e o que mais achar legal 3- prometemos muito amor, abraços e porque não uma pizzada? 4- então use sua criatividade, alias abuse dela e faça um abricó feliz!

Figura 2: Divulgação de concurso para Identidade Visual. Fonte: Grupo do Facebook do Abricó EMAU/UFRJ

Alguns dos estudantes remanescentes do ano anterior viajaram no fim de julho e início de agosto de 2014 para Florianópolis, para o XVIII SeNEMAU. O evento é parte marcante para a história, já que logo após se consolida de vez a formação do Abricó UFRJ. A volta desses estudantes é marcada com a estruturação do Escritório, mas há poucos registros oficiais do processo, como a chamada para um concurso (Figura 1) para a logo do EMAU. No fim, a logo seria definida por uma das integrantes do Abricó, Tamar Firer, e ficaria registrada em uma das paredes da Sala 326.



Figura 3: Logo do Abricó e comentários sobre Ateliê Experimental. Fonte: Página do Facebook do Abricó – EMAU UFRJ. Acesso em: 18 nov. 2018

Àquela época, já havia um debate sobre o que significava ser um Escritório Modelo e, principalmente, a mensagem que poderia ser transmitida com esse nome. Essa discussão não se dava somente no Abricó, mas também em âmbito nacional, inclusive nos eventos organizados pela FeNEA. Entendia-se que a palavra "Escritório" acarretava em um engessamento das ações, e "Modelo" poderia passar uma ideia de algo que deveria ser reproduzido, quando a intenção era de construção coletiva e constante intercâmbio de

conhecimentos, sendo as diferenças a base para a transformação criativa. Por conta disso, o nome “Ateliê Experimental” foi escolhido para compor a logo do Abricó. Mesmo assim, o peso e a identificação institucional fazem com que o Abricó e outros optem pelo uso do nome Escritório Modelo, principalmente em questões burocráticas e oficiais.

4.2. INDIANA E VALDARIOSA: os primeiros trabalhos como extensão e suas reverberações

Ainda no ano de 2014, a professora Maria Paula Albernaz, que com o término do mandato deixava o cargo de diretora de extensão da FAU, é convidada para substituir a professora Sylvia Rola - que a substituiria na diretoria de extensão - como orientadora do Abricó. Como recomendado pelo POEMA, o grupo busca a professora Maria Paula pela sua experiência com extensão. Sua atuação foi importante para que o escritório disputasse e ganhasse editais com o Projeto de Extensão “Aproxima transferência de conhecimento pela aproximação entre a graduação em arquitetura e urbanismo e a sociedade civil de baixa renda, através da criação do EMAU e do Canteiro Experimental Integrado da FAU – UFRJ”. No fim do ano, o Abricó é contemplado com o edital PROEXT 2015 e recebe R\$100.000,00, utilizados para pagamento de 4 bolsas a estudantes, aquisição de materiais, ferramentas e equipamentos, contratação de serviços de reprografia e publicação, com vistas a um livro. Para o ano de 2015, é contemplado ainda com quatro bolsas de extensão no edital PIBEX UFRJ.

Com a troca de orientadoras, uma demanda nova chega para o Abricó: a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro entra em contato com a professora Luciana Andrade, da FAU/UFRJ, para um trabalho em Indiana, comunidade localizada na Tijuca, bairro da Zona Norte da cidade. A comunidade então com 887 habitantes estava sendo ameaçada de remoção pela prefeitura do Rio. O pedido é prontamente abraçado, visto que se encaixava nos critérios da área de atuação definidas no POEMA (2007).

A ação do Abricó inicia-se em março de 2014 em conjunto com a Associação de Moradores, a Comissão de Moradores, o ITERJ (Instituto de Terras e Cartografia do Rio de Janeiro) e NUTH (Núcleo de Terra e Habitação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro). Primeiramente, o papel do escritório é o levantamento e cadastramento das famílias de Indiana. Observou-se que não havia justificativa para as demolições, pois mesmo as casas consideradas insalubres poderiam passar por reformas, sendo uma alternativa de custo menor para o Estado (ALBERNAZ et al, 2017). Pela necessidade de se ter mais pessoas atuando no projeto e mais tempo para o mesmo, o Abricó junto com sua orientadora e a colaboração da professora Juliana Canedo - que acrescentaria muito ao trabalho pela sua experiência com metodologias de aproximação e atuação junto a comunidades marginalizadas - abrem turma para uma eletiva dentro da FAU aberta ao corpo discente.

A eletiva Transformação do Espaço Construído teve por caráter a resistência à demolição das casas e a melhoria habitacional em Indiana. Ela atuaria de maneira prática em três frentes: a primeira tendo como produto previsto um plano de urbanização para a área; a segunda a elaboração de projetos para espaços coletivos e a última atuaria mais diretamente com a melhora nas habitações. Todo esse trabalho objetiva a construção

coletiva de insumos para a permanência da comunidade e para que a mesma possa, futuramente, pleitear a execução desses projetos junto ao Poder Público. Para isso, foi necessário um maior envolvimento com a comunidade, tomando um rumo mais político (ALBERNAZ et al, 2017).

Essa foi a primeira iniciativa do Abricó com o propósito, ainda que intuitivo, de inserir a extensão na grade curricular, o que garantiria um maior tempo de dedicação para as atividades. A disciplina possibilitou uma vivência acadêmica distinta da abordada em sala (ALBERNAZ et al, 2017), o que necessitou um maior engajamento e autonomia dos estudantes, além da busca por outras áreas de conhecimento complementares à arquitetura, acabando por extrapolar o conteúdo técnico previsto na grade curricular. Com o ganho de autonomia em relação aos parceiros e o aumento de recursos materiais por parte do Abricó, o trabalho continua em 2015 com o prosseguimento do planejamento urbano em Indiana a cargo do próprio Escritório Modelo. A eletiva acabou também por estimular o ingresso de novos estudantes no Abricó, fato importante para o desenvolvimento de novos trabalhos e a ramificação em mais frentes.

Por fim, o ano de 2014 termina com o convite ao Abricó para participar de um trabalho no empreendimento Minha Casa Minha Vida em Valdariosa - Queimados feito por Miguel Rodríguez Cruz, conhecido por todos por Mister, um dos oficinas do SeNEMAU Florianópolis e representante do Coletivo Basurama no Brasil. As atividades têm início em 2015 e, apesar de previstas para durarem três meses, se desenvolvem até o meio do ano, durante sete meses. A experiência em Valdariosa foi a primeira de mutirão e processo participativo do Abricó. O projeto consistia na elaboração e execução de um parquinho para crianças e espaços de caráter coletivo utilizando materiais recicláveis. Além do projeto, outro produto foi um Manual de Pequenos Parquinhos e relatórios de campo sobre a atuação em Valdariosa.

Além de um novo trabalho, o início de 2015 traz também uma alteração importante no quadro de orientadores do Abricó. Com ida para Berlim a fim de realizar doutorado sanduíche, a professora Juliana Canedo se afasta da orientação direta aos trabalhos em Indiana, porém sem abandoná-los, levando-os inclusive para a sua tese de doutoramento. Paralelamente, o professor substituto Fernando Minto chega à FAU e se junta ao Escritório Modelo.

A atuação no Abricó, sobretudo em Indiana e Valdariosa, foi preponderante para que os integrantes do Escritório Modelo tivessem participação significativa em outros espaços, como na disciplina Projetos de Urbanização Alternativa no semestre 2015-1. Ministrada pela professora Solange Carvalho e pelo professor Pablo Benetti, então Pró-Reitor de Extensão da UFRJ, a disciplina previa em sua ementa o contato com a realidade das favelas cariocas, se debruçando sobre um tema diversas vezes negligenciado dentro da faculdade. Porém a partir da deflagração de uma greve estudantil na universidade, com adesão maciça da turma, a disciplina foi transformada, assumindo um caráter pleno de extensão junto a moradores e atores sociais do Morro do Alemão ao decidirem, os estudantes, abandonar a ideia de realizar um plano urbanístico para a área, optando por atender a uma demanda pontual de projetar e construir participativamente uma praça na localidade (BENETTI e CARVALHO, 2017, p.30-34).

É possível afirmar que sem a participação expressiva de membros do Abricó na turma, a praça não teria sido projetada e construída como foi. Assim como é possível observar que a participação do Abricó nesta disciplina produziu uma ruptura na relação dos estudantes com o ensino de graduação na FAU/UFRJ. Nunca antes uma turma havia se organizado para subverter o programa da disciplina e realizar um produto diverso do que lhe havia sido demandado pelos docentes. E nunca antes estes estudantes tiveram tanta certeza de que precisavam intervir na estrutura de ensino de sua faculdade como tiveram ao final daquele semestre. Acreditando nos ideais e nas práticas do EMAU, algumas estudantes se aproximaram do Abricó durante a disciplina e passaram a integrar o Escritório nos meses seguintes.

Em novembro de 2015, a direção da FAU realizou um seminário para discutir o projeto pedagógico do curso, no qual foram recebidos e publicados resumos aglutinados em seis eixos de discussão, entre os quais Ensino e Extensão Universitária, para o qual o Abricó enviou um resumo e realizou exposição oral, apresentando seus trabalhos desenvolvidos em Indiana e Valdariosa e também o processo e a praça construída no Morro do Alemão, defendendo ser essencial para uma revisão do currículo da FAU/UFRJ o debate sobre as temáticas conectadas às questões e problemáticas sociais e urbanas que realmente carecem que nos aprofundemos sobre elas.

“E acreditamos na consolidação da Extensão como forma de promover a efetiva integração entre os campos de conhecimento que compõem o escopo profissional de AU, além de possibilitar a aplicação prática destes conhecimentos em projetos que gerem retorno à sociedade civil.” (ABRICÓ, 2015, p.6).

5. A FAU COMO ESPAÇO DE ATUAÇÃO

Mesmo um Escritório Modelo sendo definido pelo seu caráter extensionista (FENEA, 2007), o Abricó expande o seu campo de atuação para o espaço da universidade, entendendo que não bastavam as análises formais e pública sobre o currículo e formação do Arquiteto e Urbanista. Por isso, buscaram-se espaços dentro da Faculdade, como o Canteiro Experimental e também a criação de uma nova eletiva. Os membros do Abricó também continuaram participando ativamente de debates sobre o ensino puxados pela Direção da FAU/UFRJ.

5.1 DOS MUTIRÕES ÀS OFICINAS: UMA INTERVENÇÃO INDIRETA NO ENSINO

Determinados a produzir mudanças no ensino de Arquitetura e Urbanismo na UFRJ e incentivados por Minto, os membros do Abricó organizam em fevereiro de 2016 as primeiras oficinas de construção com terra crua, num movimento que pretendia trazer ao corpo discente técnicas diversas às tradicionalmente ensinadas na academia, em especial nesta, e avançar em direção à consolidação de um canteiro experimental enquanto espaço físico e imaterial.

Foram convidados os arquitetos Márcio Hoffman e Thiago Lopes para ministrar oficinas de Taipa de Pilão e Rebocos de Terra, respectivamente, além da oficina de Adobe, ministrada pelo então professor da casa, Fernando Minto (ABRICÓ, 2016). A atividade foi de suma importância para afirmar o Canteiro Experimental da FAU/UFRJ como um espaço aberto para experimentação de processos construtivos com terra, o que mais tarde resultaria na participação do Abricó e do Canteiro na organização do evento Terra Brasil 2018.

A motivação para o trabalho com terra parte muito da falta de abordagem no currículo da FAU/UFRJ de técnicas alternativas ao concreto. Além disso, a construção com terra é vista hoje como opção ao padrão construtivo convencional, sendo um possível meio de instrumentalização e emancipação de famílias e comunidades. A terra possibilita a construção de habitações mais baratas, sustentáveis, de qualidade e independente do mercado da construção civil. A prática também incentiva o exercício da autonomia ao se pensar na construção com terra como algo sensorial e diretamente conectado ao território. A experimentação, além da articulação entre terra, corpo e tensões e entre conhecimento técnico e empírico, fomenta processos horizontais.

Em abril de 2016, novo debate realizado pela direção da FAU sobre o projeto pedagógico tem uma atuação destacada dos membros do Abricó. Presentes no grupo de trabalho que discutiu sobre Tectônica no ensino, os estudantes questionaram o que chamaram de “Escola Superior do Concreto Armado”, além da falta de aplicabilidade dos conteúdos ministrados nas disciplinas desde as estruturas - restritas à abstração do papel - até os projetos - restritos a conceitos e formas mirabolantes. Fizeram ainda a defesa de uma faculdade mais atenta às demandas sociais, tanto externas quanto internas, apontando a necessidade de se rever os formatos de apresentação de projetos a fim de reduzir os elevados gastos com que os estudantes têm de arcar a cada semestre com impressões, plotagens e maquetes.

5.2 RESTRUTURAÇÃO DO ABRICÓ

As atividades de canteiro e experimentação construtiva seguem como uma tônica do trabalho do Abricó, que realiza em setembro de 2016 uma oficina aberta na FAU sobre técnicas com bambu, ministrada pela arquiteta Briana Bussinger. No fim de outubro, em parceria com o Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Santa Úrsula e com patrocínio do SARJ, Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas do Estado do Rio de Janeiro, o EMAU da UFRJ organiza o Seminário Outras Visões de Arquitetura - Tecnologia como Prática Política, realizado na própria USU como estímulo a criação de um canteiro experimental e à formação de um escritório modelo.

Mas como em todo processo, há momentos de diminuição no ritmo das atividades e de necessária reflexão interna. É o que acontece em 2016. O trabalho em Indiana acaba por ser prejudicado com os conflitos internos da comunidade, refletindo na não participação dos moradores. Por conta disso, o Abricó se afasta propositalmente e, no fim do ano, procura uma articulação com o NIAC (Núcleo Interdisciplinar de Ações para a Cidadania), da Psicologia da UFRJ. Essa troca transdisciplinar vai ser significativa para o entendimento de todo o processo que ocorreu em Indiana e do futuro do projeto. Então, no fim do ano,

muda-se a abordagem da ação, agora com um trabalho junto com os jovens de Indiana e do Borel, favela localizada do lado de Indiana.

Outro ponto relevante no entendimento de reestruturação do EMAU é a saída de alguns integrantes, seja por questões pessoais ou mesmo estudantis, como intercâmbio e estágio. A necessidade de renovação na equipe de trabalho, fato conflitante com o desenvolvimento de processos participativos de médio e longo prazo, impôs ao grupo algumas mudanças de planejamento. Em setembro de 2016 o Abricó decide então atender a duas novas demandas externas que se apresentavam: a criação de espaços coletivos no Morro da Babilônia - Leme, Zona Sul do Rio de Janeiro, e no assentamento Terra Prometida do MST em Tinguá, Baixada Fluminense.

Abrem-se então duas novas frentes de trabalho externas motivadas sobretudo à inserção de novos membros, que teriam a oportunidade de participar dos processos junto às comunidades desde o princípio, facilitando seu entrosamento e o desenvolvimento de autonomia e protagonismo em relação à estrutura acadêmica por parte destes estudantes. No entanto, essas não conseguem ser efetivadas, tanto por questões no território, quanto pela pouca estrutura no Escritório no momento.

Uma terceira frente de trabalho, esta interna, é aberta simultaneamente com foco em bioconstrução e permacultura. A escolha deste enfoque era consequência das oficinas já realizadas desde 2016 e visava ao mesmo tempo avançar nas pesquisas de experimentação construtiva e atrair para o Escritório Modelo o número considerável de estudantes que demonstrava interesse por técnicas de construção alternativas ao concreto armado e à alvenaria.

Nesse momento, outra substituição ocorre na orientação ao Escritório Modelo com a saída de Maria Paula Albernaz em razão de problemas pessoais. Os estudantes então convidam a professora Vera Regina Tângari, por sua abertura ao diálogo e à horizontalidade nos processos decisórios, além de seus posicionamentos públicos nos debates sobre a reforma do projeto pedagógico da FAU. O convite é aceito, porém, a partir de então os estudantes se deparam com uma nova realidade, onde a autonomia lhes exige maiores responsabilidades, sobretudo no que tange à burocracia institucional para a obtenção e manutenção de bolsas e verbas de fomento junto à UFRJ, pois o Abricó era na prática a primeira experiência da sua nova orientadora com projetos de extensão universitária. A primeira consequência foi a não renovação das 4 bolsas de extensão do projeto “Aproxima” por equívocos coletivos na interpretação do edital e na conferência de prazos para resultados e recursos.

Paralelamente, um importante parceiro do Abricó na consolidação do Canteiro Experimental ganha também novos papéis na sua relação com o Escritório Modelo. O professor Marcos Martinez Silvano, chefe do Departamento de Tecnologia da Construção (DTC) e coordenador do Laboratório de Estudos de Materiais de Construção e Estudos do Solo (LEMC) é convidado para ser tutor da proposta que o Abricó enviaria no início de 2017 no âmbito do edital de seleção do Programa de Educação Tutorial (PET) na UFRJ. Contemplado com 12 bolsas com vigência de 24 meses, o projeto “Canteiro Experimental e Comunidades” compensa a perda das 4 bolsas de extensão não renovadas, mas a intenção inicial de promover a aproximação de outros estudantes da FAU e até

mesmo de outros cursos pouco se efetiva. Excetuando uma, os demais bolsistas selecionados se aproximam unicamente do LEMC e do espaço físico do canteiro, não desenvolvendo engajamento nas atividades realizadas pelo Abricó. Na contramão dos bolsistas PET, Silvosos, entretanto, se aproxima cada vez mais do Escritório Modelo, sendo um parceiro sempre presente e disposto a ajudar naquilo que é demandado, assumindo mais pra frente o papel de orientador do Abricó.

5.3 UMA INTERVENÇÃO DIRETA NO ENSINO

Nos quatro anos iniciais a partir da refundação do Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo na UFRJ, o questionamento ao modelo de ensino de graduação vigente foi sempre uma tônica do pensamento e das ações dos estudantes que construíam o EMAU naquele momento. Esse engajamento por mudanças que propiciassem a real conciliação entre Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária se fundamentava inclusive, para além daquilo que se acreditava como ideal, em questões práticas do dia-a-dia dos estudantes da FAU. Em um curso cujo currículo sobrecarrega o corpo discente de disciplinas, a disputa por espaço no horário dos estudantes se torna desleal para as atividades de extensão. Mesmo entre os membros do Abricó - que por uma vontade militante dedicam parte considerável de sua vida acadêmica a estas atividades - encontrar tempo para realizar o trabalho, desenvolver reflexões sobre as experiências práticas e aprofundar o acúmulo teórico relativo às questões que se põem ao EMAU mostrou-se um desafio quase intransponível na sua completude.

A creditação das atividades de extensão (BRASIL, 2014) seria um caminho na tentativa de ao menos atenuar a disparidade na correlação de forças entre as pernas do tripé universitário, mas sua implementação ainda não havia acontecido na UFRJ no ano de 2017. Nesse sentido, em 2017.1 o Abricó propõe a seus orientadores, Vera Tângari e Marcos Silvosos, a criação de uma eletiva autogestionada pelos estudantes. Após intensos debates acerca desta proposta, os estudantes acatam a sugestão dada por Vera de que a eletiva seja aberta à FAU como um todo, não sendo apenas um subterfúgio para, dentro do currículo, creditar as atividades realizadas pelos membros do Abricó. Em contrapartida, os orientadores concordaram com a abertura de uma turma já em 2017.1 com a condição de que um programa detalhado de curso fosse rapidamente traçado. Para viabilizar a imediata abertura da turma, os Abricós escolhem a eletiva Tópicos em Processos Construtivos, vinculada ao DTC (Departamento de Tecnologia da Construção), por três motivos muito práticos: sua ementa genérica permitia o desenvolvimento de qualquer programa que tivesse o mínimo de relação com os processos construtivos; o próprio Abricó realizava já há algum tempo atividades voltadas aos processos construtivos e à consolidação do canteiro experimental na FAU; e o DTC era então chefiado pelo professor Marcos Silvosos, o que reduzia a zero as chances da abertura da turma não ser aprovada.



IMERSÃO NA EXTENSÃO

O ABRICÓ ABRIU UMA ELETIVA!!

DISCIPLINA: TÓPICOS EM PROCESSOS
CONSTRUTIVOS - FAT612

disciplina **TEÓRICA** e **PRÁTICA**
trabalhará a atuação **SOCIAL**
e **POLÍTICA** de arquitetos/as
urbanistas e a importância
da **EXTENSÃO** universitária,
do **CANTEIRO** experimental e
dos processos **CONSTRUTIVOS**
associados à reflexão **CRÍTICA**
na formação do/a profissional

VENHA FAZER PARTE!
2017/1



FILMES, TEXTOS,
CONVIDADOS E
MUITO DEBATE!



Figura 3: Cartaz de divulgação da Eletiva. Fonte: Arquivo Abricó - EMAU/UFRJ

O programa da eletiva foi traçado em uma tarde por Bruna Garritano, Edson de Lima e Erick de Mouros, tendo como prioridade convergir teoria e prática de processos participativos em torno de temas considerados fundamentais à formação crítica de arquitetos/as urbanistas e à prática da extensão universitária em diálogo com os princípios preconizados pela Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo (FeNEA) e praticados pelo Abricó (EMAU/UFRJ). A intenção era gerar acúmulo de conhecimentos através da troca de saberes e experiências em torno de temas disparadores de debates, aprofundados por bibliografia disponibilizada e documentários exibidos em sala, sendo os temas os seguintes:

1. Demandas sociais e a crítica à atuação profissional em Arquitetura e Urbanismo;
2. O trabalho em Assessoria Técnica e Processos Participativos;

3. Arquitetura e Urbanismo e alienação do trabalho na construção;
4. Inovação tecnológica, experimentação construtiva e mutirões autogestionados;
5. Extensão Universitária e Escritórios Modelo na Graduação.

Na busca por desenvolver esses conhecimentos convidou-se ao debate arquitetos urbanistas e docentes da UFRJ que pudessem acrescentar seus saberes e vivências junto a movimentos sociais e nos temas abordados. Foram recebidos os arquitetos Tainá de Paula (mulher, negra, ex-Fundação Bento Rubião), Elsa Burguière (Arche Projetos Participativos), Fernando Minto e Leslie Loreto (ex-integrantes da assessoria técnica Usina CTAH), as professoras Luciana Andrade e Luciana Lago (integrantes do coletivo Catálise que assessora a Ocupação Solano Trindade do MNLM) e o professor Cláudio Ribeiro (Coordenador do Grupo de Pesquisa Perifau), além do próprio Abricó.

No total foram 12 encontros, sendo os 6 primeiros de debates com os convidados. Como conclusão desse momento, de modo a exercitar a autonomia crítica dos estudantes na aplicação do conhecimento acumulado, a turma deveria planejar e realizar um fruto coletivo para a eletiva sob orientação dos monitores integrantes do Abricó. A decisão deveria ser pautada através do debate horizontal entre todos os integrantes da disciplina, para isso foram usadas anotações e alguns registros feitos durante os primeiros encontros.

As discussões realizadas entre a turma para a concepção do fruto buscaram uma forma de transmitir a outras pessoas as inquietações surgidas na eletiva em torno das questões debatidas e como elas se rebatem na graduação. Dentre esses assuntos estavam as problemáticas do currículo, principalmente no que concerne a dificuldade de tratar sobre os temas da eletiva, como autogestão, assessoria técnica, e processos participativos. Por fim, as conversas convergiram para a concepção de um jogo, ferramenta escolhida uma vez que o intuito era exercitar o diálogo com o público externo sobre o conteúdo das reflexões feitas pela turma. Além disso, foi dado ao jogo um caráter de intervenção, para que o mesmo pudesse ser exposto no hall principal do edifício da FAU/UFRJ e ser jogado por qualquer pessoa que por ali passasse.

Pela necessidade de gerar uma avaliação em números para registro no Sistema, buscou-se com a turma um método participativo de avaliação. Então, foi definida uma tabela com os pontos a serem analisados em seus aspectos positivos, negativos e por fim sugestões relacionadas. Também foi estabelecido em coletivo uma autoavaliação do processo individual, com os critérios: 1) Pesquisa; 2) Participação; 3) Reverberação dos conteúdos; 4) Apreensão dos conteúdos e 5) Autonomia propositiva. Dessa forma, pode-se perceber de verdade como cada aluno lidou com os conteúdos debatidos, cuja apreensão, segundo muitos deles, foi bastante influenciada pela autogestão da disciplina. Também foi relatado o uso dos conteúdos em outras aulas, influência nas vivências individuais e cotidianas, mudança do modo como enxerga a arquitetura e seus impactos sociais (ABRICÓ, 2018).

A avaliação da Eletiva pela turma foi de extrema importância para entender aspectos positivos e negativos durante o processo e do impacto da iniciativa na formação dos estudantes. Dentre os pontos favoráveis foram abordados a liberdade para debates de temas que não são levantados na FAU e o contato com práticas da arquitetura, que antes eram consideradas pelos estudantes como algo impossível e utópico. Em contraponto, observou-se que muitos alunos não se colocavam nos debates, seja por não estarem

acostumados com esse tipo de estrutura ou pela timidez. Há relatos também quanto a percepção de uma hierarquia que acabava se estabelecendo automaticamente entre alunos e convidados (ABRICÓ, 2018).

Ainda em 2017, o Abricó dá sequência às oficinas de experimentação de técnicas construtivas iniciadas em 2016. A quarta oficina ministrada foi na VII Semana Ambientável do Centro de Tecnologia da UFRJ, com a construção de bancos de Superadobe para espaço de convivência e um Integral de Bambu. Cabe ressaltar que esta foi a primeira oficina ministrada exclusivamente por estudantes integrantes do Abricó. Após este evento, o Abricó é convidado para participar da IX Semana Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ, onde realiza a mesma oficina, testando novos métodos com os estudantes. Por fim, com mais essas experiências acumuladas, o Abricó convida os arquitetos Flávio Duarte e Bruno Azevedo da BioHabitare para ministrar dois dias de oficina de Hiperadobe na FAU/UFRJ.

A exposição dos acontecimentos revela que, apesar de não ter abandonado seu caráter extensionista ao continuar os trabalhos em Indiana paralelamente, o Abricó em 2017 aprofunda as ações em Ensino e Pesquisa. Há, portanto, um claro trabalho para que o escritório alie de forma mais efetiva o tripé universitário, como orientado pelo POEMA (2007).

6. CONCLUSÃO: UM CAMINHO DE ATRAVESSAMENTOS

Ao analisar a trajetória do Escritório Modelo da FAU/UFRJ nos cinco primeiros anos a partir de sua recriação como Abricó, é possível perceber uma série de eventos, acontecimentos e afetações que influenciaram de maneira significativa a forma como o grupo de estudantes conduziu os rumos do EMAU neste período. Desde a ida a Belo Horizonte em 2012 que apresentou a estudantes da FAU a estrutura dos EMAUs, despertando neles a intenção de criar um na UFRJ, o caminho percorrido traz experiências significativas para a formação dos estudantes integrantes do Abricó tanto como futuros profissionais quanto como sujeitos sociais.

Cabe abordar que os estudantes que integram o Abricó são indivíduos sociais e é impossível ignorar políticas e comportamentos da nossa sociedade na análise sobre o escritório. A horizontalidade e autonomia como princípios (FENEA, 2007) podem ser considerados os maiores desafios na gestão de um EMAU, já que esse tipo de estrutura e organização não é o habitual no nosso cotidiano. Assumir esses princípios é uma forma de mudar esse status, podendo se considerar até mesmo como um posicionamento político. Esse tipo de gestão não engessada e hierarquizada permite a reestruturação constante do Escritório, o que também pode levar a uma dificuldade no estabelecimento de vínculos e novas adesões, que por sua vez prejudica o andar de projetos longos, como ocorreu em 2016.

Outro momento importante é a participação ativa dos membros do Abricó nos debates e seminários pedagógicos promovidos pela FAU/UFRJ. Esse momento pode ser analisado retomando o processo de formação do Escritório, que advém da construção de uma chapa para o Centro Acadêmico da FAU/UFRJ. Além disso, os princípios da autonomia estudantil e da horizontalidade não cabem somente dentro do exercício de atividades no escritório, o que leva os seus membros a buscar uma participação em outros campos de

debate e discussão sobre a sua própria formação acadêmica. Sendo assim, o Abricó passa a ser um ator importante no Movimento Estudantil da FAU/UFRJ, extrapolando as definições do POEMA (2007) sobre o papel dos EMAUs.

Ainda no aspecto do ensino, a disciplina eletiva de 2017.1 demonstra que a sala de aula é também um espaço de atuação para o Abricó. No momento, não somente o currículo é questionado com a iniciativa, mas também a posição hierarquizada de alunos e professores. A autogestão pelos estudantes aponta para outras alternativas de educação, a partir do momento em que se entende que o corpo discente pode ser mais autônomo, definindo por si próprio os caminhos que lhe convém. E isso pode ser observado também nas oficinas, em que nas primeiras atividades, com o intercâmbio horizontal de conhecimentos, o Abricó ganha autonomia para desenvolver e ministrar as próximas experiências.

Na análise temporal, nota-se que a trajetória do Abricó pode ser entendida através de ciclos, tendo do seu início até 2016 marcado pelas atividades de extensão. Conquanto, a partir do processo de renovação do grupo e reestruturação interna, há uma guinada das atividades relacionadas ao Ensino, com a eletiva e a frente de bioconstrução. A Pesquisa também se faz presente nas oficinas, mesmo que de caráter empírico, são investigações importantes para o aperfeiçoamento em técnicas construtivas.

Observa-se, então, que os primeiros trabalhos de natureza extensionista do Abricó foram muito importantes no processo de consolidação do EMAU e puderam demonstrar a potência de um projeto como esse. Apesar das dificuldades de equilibrar o tempo necessário de trabalho com o exigido na grade curricular, os estudantes foram bem sucedidos com a iniciativa, mantendo sempre o caráter autônomo e autogestionado. Os trabalhos que se sucederam, principalmente os voltados para o Ensino e Pesquisa, reafirmaram a importância desse trabalho para a comunidade acadêmica, o que resulta em um maior suporte por parte dessa. Assim, o trabalho fruto do engajamento dos estudantes caminhou na direção do que se preconiza no POEMA (2007), tendo o Abricó se tornado ao longo dos anos um importante ator dentro da FAU/UFRJ no esforço na direção de novas perspectivas para o ensino em Arquitetura e Urbanismo.

REFERÊNCIAS

ABRICÓ - EMAU/UFRJ (Rio de Janeiro). **Oficinas de Construção com Terra**. 2016. Disponível em: <<https://emaubrico.wixsite.com/abricoufrj/oficina-de-terra-2016-1>>. Acesso em: 16 nov. 2018.

ABRICÓ - EMAU/UFRJ (Rio de Janeiro). **Projeto Casas**. Disponível em: <<https://emaubrico.wixsite.com/abricoufrj/projeto-casas>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

ABRICÓ EMAU/UFRJ. **FAT612 - REGISTRO DO PROCESSO - 2017.1**. Rio de Janeiro, 2018. 1 arquivo. Google Drive do Abricó.

ABRICÓ EMAU/UFRJ. **Reflexões e propostas sobre o tema “ensino e extensão no projeto pedagógico” para o “Diálogo sobre o projeto pedagógico: debates e reflexões”**. in: Diálogo sobre o Projeto Pedagógico: debates e reflexões. Rio de Janeiro, 2015. Caderno de

Resumos. p 58-67. Disponível em: <<http://nova.fau.ufrj.br/uploads/54-1%20SEMINARIO%20PPC%20FAU.zip>>

ALBERNAZ, Maria Paula et al. Resistência e Melhoria Habitacional: reflexões sobre uma atuação dialógica junto à Comunidade Indiana na cidade Rio de Janeiro In: XVII ENANPUR, 2017, São Paulo. **Anais**. São Paulo. 2017.

BENETTI, Pablo; CARVALHO, Solange. **Praça Pr'Alemão Ter: o germinar de uma Praça Verde no Morro do Alemão**. Rio de Janeiro: UFRJ. PROURB, 2017.

BERENSTEIN, Paola Jacques. **Estética da Ginga: A arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica**. 4. ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2011.

BRASIL. Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei no 11.124, de 16 de junho de 2005. **Portal da Presidência da República**, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11888.htm. Acesso em: 19 nov. 2018.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de julho de 2014. Dispõe sobre o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Portal da Presidência da República**, Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 19 nov. 2018.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL E INSTITUTO DATAFOLHA. **O MAIOR DIAGNÓSTICO SOBRE ARQUITETURA E URBANISMO JÁ FEITO NO BRASIL**. 2015. Disponível em: <<http://www.caubr.gov.br/pesquisa2015/>>. Acesso em: 08 ago. 2018.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajatórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ARQUITETURA E URBANISMO (Florianópolis). **Carta de definição para Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo**. 2007. Disponível em: <<http://www.fenea.org/artigos/cartadefinicaoemau>>. Acesso em: 16 nov. 2018.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ARQUITETURA E URBANISMO. **POEMA**. Disponível em: <<http://www.fenea.org/poema>>. Acesso em: 14 nov. 2018

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ARQUITETURA E URBANISMO (Florianópolis). **Projeto de Orientação a Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo**. 2007. Disponível em: <https://eb238978-a-299b85f6-sites.googlegroups.com/a/fenea.org/fenea/projetos/EMAU/POEMA_miolo_2005-06.pdf?attachauth=ANoY7cr_0PIMzTsHHPfEM7ggBh8EHR5uRNEFkT6VxVJFuwxIdbXCxGckYaEiYOTROGVh9ii2umqbT-HTPYJdm3DsJhQRE0d8gcC49FZKXLj-ZRS-3MwF3Oihpt3JNgLXUTN_j3xGWgJg2xaVBtmvGg-4v75HgC7OsQ-RmREvVcOoTGz4wFNG6TYT3vglZ8WZM3ttqYcof5ElvOYIxy35s8Ofouw2qIL8Ysq4h-JMqfXXvY7OGKqiM%3D&attredirects=0>. Acesso em: 14 nov. 2018.

FERRARO, Karina Perin. **MOVIMENTO ESTUDANTIL, GESTÃO DEMOCRÁTICA E AUTONOMIA NA UNIVERSIDADE**. 2011. 211f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação da FFC-Unesp-Campus Marília, UNESP, Marília, 2011 Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/Educacao/Dissertacoes/ferraro_kp_me_2011.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2018.

FERREIRA, João Sette Whitaker; MOREIRA, Tomás Antônio. GOVERNANÇA URBANA NO CONTEXTO DAS CIDADES SUBDESENVOLVIDAS. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE URBANISMO, p. 9. 2000, Recife. **Anais**. Recife: -, 2000. p. 0 - 0. Disponível em: <http://www.fau.usp.br/docentes/deprojeto/j_whitaker/govern.html>. Acesso em: 15 nov. 2018.

FERREIRA, João Sette Whitaker. **Perspectivas e desafios para o jovem arquiteto no Brasil**: Qual o papel da profissão?. 2011. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.133/3950>>. Acesso em: 08 ago. 2018.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985

NELSON, Carlos. Como e quando pode um Arquiteto virar Antropólogo? In: VELHO, Gilberto (Org.). **O desafio da Cidade**: Novas perspectivas da antropologia brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1980. p. 37-58.

SÉRGIO Ferro - Papel do Arquiteto. Direção de Paula Constante. Salvador: Fera Filmes, 2007. (5 min.), son., color. Material captado para o documentário Capacetes Coloridos. Disponível em: <<https://vimeo.com/89186213>>. Acesso em: 08 ago. 2018.

UNESCO E UIA. **CARTA PARA EDUCAÇÃO DOS ARQUITETOS**. 2011. Edição Revisada. Disponível em: <http://www.abea.org.br/?page_id=304>. Acesso em: 14 nov. 2018.